

# ESPAÇOS ARDIDOS E O ESPANTOSO COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO DA GENTE QUE LÁ MEDROU (SÉCULOS XVII A XX)

MARIA NORBERTA AMORIM\*

**Resumo:** *Através de Mapas de Proprietários, publicados pela Imprensa Nacional, na década de 1880, para utilização nas Repartições de Finanças, referidos a cada freguesia e baseados nas matrizes prediais, comparámos os rendimentos coletáveis nas quatro ilhas do ex-distrito da Horta. Calculámos o rendimento coletável por habitante e freguesia, observando como freguesia de gente mais pobre a de Santa Luzia, no espaço ardido do Pico. Com população sensivelmente idêntica, a freguesia mais rica era, nas Flores, a de Ponta Delgada. Desenvolvemos análises comparativas de comportamentos demográficos entre essas freguesias nos séculos XVII e XX, com incidência nos séculos XVIII e XIX. Num quadro de fecundidade próxima da natural, encontrámos evolução populacional paralela, com diferenças em nupcialidade e mortalidade. Nas gerações nascidas entre finais do século XVIII e primeiras décadas do XIX a esperança de vida dos naturais da freguesia mais pobre era de mais 10 anos do que os da freguesia mais rica.*

**Palavras-chave:** *Evolução demográfica (séculos XVIII-XIX); Comportamentos demográficos comparados; Açores; Ilha do Pico; Ilha das Flores.*

**Abstract:** *Using Maps of Owners, published by the National Press, in the 1880s, for use in the Finance Departments referred to each parish and based on the land matrices, we compared the taxable income on the four islands of the former district of Horta. We calculated the taxable income per inhabitant and parish, observing that the parish of the poorest people was that of Santa Luzia, in the burnt space of Pico. With a substantially identical population, the richest parish was, in Flores, that of Ponta Delgada. We developed comparative analyzes of demographic behaviors between these parishes in the 17th and 20th centuries, with an incidence in the 18th and 19th centuries. In a close-to-natural fertility situation, we found a parallel population evolution, with differences in nuptiality and mortality. In the generations born between the end of the 18th century and the first decades of the 19th, the life expectancy of the natives of the poorest parish was 10 years longer than those of the richest parish.*

**Keywords:** *Demographic evolution (19th-20th centuries); Compared demographic behaviors; Azores; Pico island; Flores island.*

## INTRODUÇÃO

Apesar da ilha do Pico ser a ilha açoriana de formação geológica mais recente, com solo pouco propício à cultura dos cereais, particularmente na sua metade ocidental, ultrapassada a crise frumentária de meados do século XVIII que condicionou uma

---

\* CITCEM/FLUP; CECS/U. Minho. Email: mnsbamorim@gmail.com.

forte mortalidade<sup>1</sup> e a deslocação de *casais* para povoar as fronteiras brasileiras, a carência cerealífera não impediu que até aos anos 40 do século seguinte, a população do *espaço ardidado*, que vai da freguesia de São Mateus a Santa Luzia, como em toda a ilha, atingisse impressionantes níveis de crescimento. A vinha, as figueiras e outras árvores de fruto encontravam aí condições muito favoráveis de produtividade e proprietários e comerciantes, bem posicionados, em sua maioria da vizinha ilha do Faial, exploravam as vinhas e lançavam o vinho do Pico nos mercados internacionais.

Nessa década de 40 do século XIX entrou-se numa fase de rutura entre a população e os recursos alimentares disponíveis, o que se agravou com a crise das vinhas no início da década seguinte. Tal obrigou a uma emigração massiva, com queda acentuada e irreversível nos volumes populacionais, como o demonstram as monografias sobre freguesias da área que tenho vindo a desenvolver<sup>2</sup>.

Para o período de maior pujança demográfica não dispomos de fontes que nos permitam uma perspetiva da inserção das diferentes comunidades no seu espaço residencial e produtivo, o que vai acontecer para meados da década de 1880, com a elaboração das matrizes prediais. Passamos então a poder valorizar mais a resiliência destas comunidades de solo pobre, comparativamente a outras comunidades da mesma ilha e, principalmente, a outras comunidades das outras ilhas que formavam então o distrito da Horta.

Com base nos registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos (que se vão iniciando, neste caso, ao longo do século XVII e que foram trabalhados até, pelo menos, o início do século XX), está já ao nosso alcance uma aproximação aos comportamentos demográficos na longa duração das comunidades das ilhas do Pico, Faial e Corvo e das freguesias de Ponta Delgada e Lajes, das Flores, estando em curso a reconstituição das restantes freguesias desta última ilha.

Com base nessas fontes básicas, as matrizes prediais de meados da década de 1880, ou os mapas de proprietários correspondentes, e as bases de dados demográfico-genealógicas de que dispomos<sup>3</sup>, podemos avançar para interessantes análises comparativas sobre comunidades desse mesmo espaço administrativo, com recursos naturais bastante diversificados e comportamentos demográficos distintos, em que a pobreza não se correlaciona necessariamente com a esperança de vida.

Assim, iremos primeiro tentar uma aproximação à riqueza relativa nas quatro ilhas e depois contrastar comportamentos demográficos de duas comunidades de ilhas afastadas, diferentemente bafejadas por essa riqueza.

---

<sup>1</sup> AMORIM, 2020.

<sup>2</sup> AMORIM, 1992, 2008, 2011, 2016.

<sup>3</sup> Veja-se <[www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)>.

## 1. ESPAÇOS E RECURSOS

As matrizes prediais de meados da década de 1880 não chegaram até nós em todas as ilhas. Havendo sido substituídas por outro levantamento da propriedade datado de 1937, foram em geral eliminadas, excetuando-se o caso da ilha do Pico, onde, no que respeita à propriedade rústica, continuaram a ser utilizadas nas Repartições de Finanças até épocas recentes.

Para oito das freguesias do Pico já explorámos essas matrizes prediais, como fontes básicas para as monografias a que nos propusemos (Lajes do Pico, São João, a grande São Mateus, desdobrada depois em São Mateus e São Caetano, Candelária, Santa Luzia, Prainha e Santo Amaro). Aí são identificadas todas as propriedades rústicas pelo nome do proprietário, pela localização em zonas geográficas com os seus nomes específicos, pela dimensão, quase sempre em alqueires ou unidades inferiores, as braças, pelo tipo de produção, eventualmente pelo nível de produtividade e pelo rendimento coletável que lhe foi atribuído. No caso da propriedade urbana, além do nome do proprietário e do rendimento coletável, há quase sempre referência ao tipo de casa, térrea ou de um ou mais pisos, telhada ou coberta de palha, com cozinha separada ou não.

Para a monografia do Corvo, explorámos as matrizes prediais relativas a 1937, tendencialmente com o mesmo tipo de informação<sup>4</sup>.

Apesar das matrizes prediais de meados da década de 1880 só chegarem a nós, sistematicamente, para a ilha do Pico, foi publicado pela Imprensa Nacional um *Mappa organizado em conformidade com o artigo 108.º do regulamento de 25 de agosto de 1881, contendo, por ordem alfabética, os nomes e moradas dos contribuintes inscriptos na matriz predial d'esta freguezia, e o rendimento collectavel total dos predios que cada um n'ella possui* (Fig. 1). Por gentileza do Sr. Manuel Machado Oliveira, tivemos acesso a uma encadernação desses mapas a cobrir todas as freguesias do ex-distrito, da qual a Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, da cidade da Horta, possui hoje uma cópia.

Os mapas referidos, para cada uma das freguesias das quatro ilhas, no fim da enumeração dos proprietários, das respetivas residências, da enumeração dos artigos matriciais que lhes correspondem e do rendimento coletável global, encerram com a indicação do rendimento coletável por freguesia e, quase sempre, o número total de artigos matriciais, além da data e identificação do magistrado responsável pelo trabalho.

---

<sup>4</sup> AMORIM, 2018.

Distrito da Horta Concelho das Lages do Pico

Freguesia de S. João

Matriz predial n.º 1

Mapa organizado na conformidade do artigo 108.º do regulamento de 25 de agosto de 1881, con-  
tendo, por ordem alfabética, os nomes e moradas dos contribuintes inscritos na matriz pre-  
dial d'esta freguesia, e o rendimento collectavel total dos predios que cada um n'ella possui.

N.º da Matriz	Nomes dos contribuintes	Moradas	N.ºs dos artigos em que cada contribuinte se predios na matriz	Rendimento em Reaes
1	Aguda da Conceição, Batista . . . . .	Canada da Perpetua . . . . .	414, 475, 523, 736, 768, 791, 2399, 3098, 2821, 3266, 3280, 3388, 3121, 3560, 3525, 3628, 3716, 3732, 3907, 3983, 5833 e 5994.	82281
2	Aguda Francisca, viúva de Joaquim José Martins.	Canada da Aguda . . . . .	331, 287, 398, 605, 822, 834, 808, 908, 1290, 9656, 9077, 2092, 2819, 2804, 2828, 2807, 2811, 2808, 3092, 3335, 3658, 2727, 4290, 4471 e 4527.	84676
3	Alexandre Pereira Madruga . . . . .	Brazil . . . . .	83, 86, 89, 133, 1726, 1819, 1899, 1612, 3184 e 2821.	53366
4	Anastacia Jacinta, filha de Antonio Silveira de Avila, Lages.	Canada da Aguda . . . . .	233, 239, 361 e 433 . . . . .	2571
5	Angelica do Carmo, viúva de Francisco Maciel, Ganhador.	Caminho da Igreja . . . . .	170, 176, 1163, 1605, 1691, 1727, 1762, 1793, 3008, 3105, 3130 e 3148.	93290
6	Anna de Brum, viúva de Francisco Pereira da Silva.	Canada da Aguda . . . . .	4631 . . . . .	4040
7	Anna da Conceição, filha de Antonio Silveira Leal, Sumairo.	Santissima Trindade, S. João.	3387, 3390 e 5392 . . . . .	4480
8	Anna da Conceição, filha de José Ignacio Vieira, Lechóla.	"	5372 . . . . .	24100
9	Anna da Conceição, viúva de Francisco Passos, Lavanga.	Canada do Alfores José Pereira.	908, 970, 978, 1007, 2204, 2301, 2318, 2319, 2320, 2389, 4161, 4423, 4409, 4409, 4320, 4341, 4363, 4377, 4633, 4723, 4768, 4852, 5254, 5288, 5741, 5817, 5880 e 5883.	224919
10	Anna da Conceição, viúva de João Honnem, Arrengado.	"	273, 280, 282, 289, 366, 287, 712, 1037, 1040, 1043, 1045, 1076, 2293, 2339, 2341, 3008, 3083, 3122, 3238, 3878, 3908, 4394, 4389, 4325, 4406, 4322, 4341, 4360, 4363, 4370, 4720, 4750, 4758, 4763, 5096, 5097 e 5092 e 4627.	134813
11	Anna do Espirito Santo e outra, filhas de João da Rosa Vieira.	"	231, 287, 290, 293, 308	16666
12	Anna de Jesus Godart Maciel, filha de João Pereira, Ajoja.	Pan Branco . . . . .	335, 319, 2171, 2177, 2742, 3008, 3845, 3866 e 4348.	24933
13	Anna Maria, viúva de João Francisco, Balsa.	Outeirinho . . . . .	603, 680, 2676, 3306, 3387, 3390, 3941, 3163 e 3714.	24838
14	Anna Thomazia, viúva de Antonio Silveira Peixoto, Albarca.	Caminho da Igreja . . . . .	66, 460, 816, 245, 251, 4061, 1068, 1038, 1133, 1210, 1229, 1014, 2653, 2666, 2803, 2903, 2518, 4625, 4626, 4629, 4630, 4703, 4727, 4760, 4802, 5373, 5646, 2656, 2676, 2687, 2729, 3737 e 6216.	704570

**Fig. 1.**  
Primeira folha do Mapa de Proprietários  
relativo a São João do Pico  
Fonte: Biblioteca Pública e  
Arquivo Regional João José da Graça

Usando os somatórios dos rendimentos coletáveis de cada freguesia e os somatórios dos números matriciais (recorrendo, nos casos omissos, às listagens de propriedades para encontrar nelas o número matricial mais elevado), podemos calcular o valor coletável médio por artigo matricial, caso a caso.

Embora se trate de um indicador grosseiro, que pode apontar para a dimensão da propriedade, mas que inclui também a diferente valorização dessa propriedade, pode fornecer-nos algumas pistas de partida.

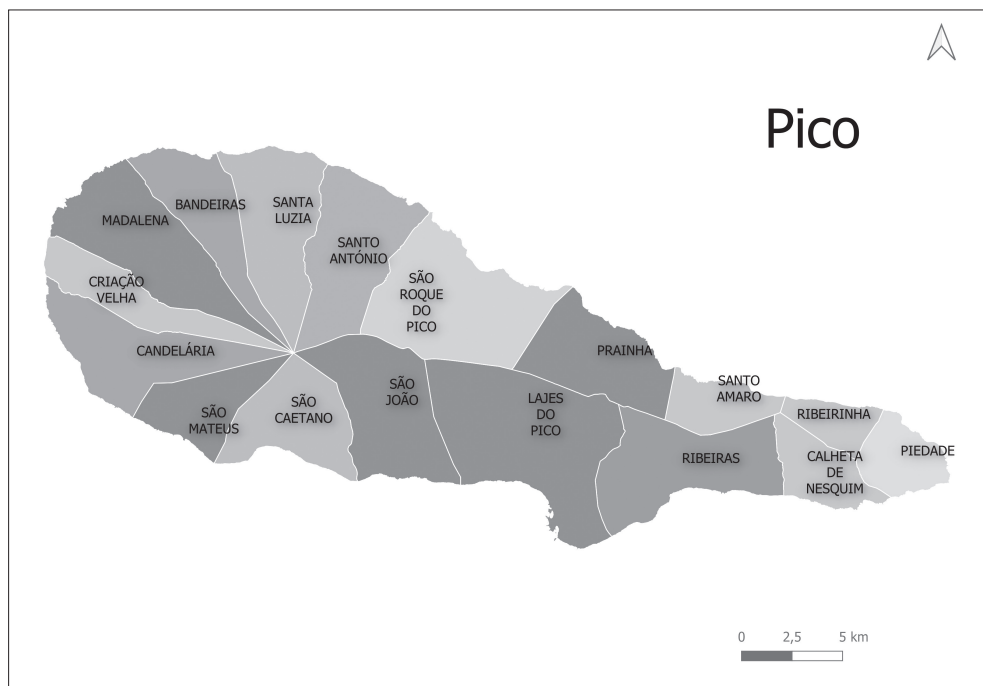
**Tabela 1.** R.C./artigo matricial/ilhas (réis)

Ilha	R.C.	N.º de artigos	R.C./artigo
Pico	63 503\$470	122 004	\$521
Faial	144 419\$274	52 495	2\$751
Flores	31 778\$180	22 719	1\$399
Corvo	3 906\$991	5670	\$689

Fonte: Elaboração da autora

Como se verifica, foi na ilha do Pico onde o rendimento por artigo matricial se apresentou mais reduzido, seguindo-se o Corvo e, a maior distância, as Flores, sobressaindo do conjunto a ilha do Faial. O menor rendimento por artigo matricial no Pico e no Corvo poderá apontar para parcelas de propriedade rústica de dimensão reduzida, sendo de esperar uma maior dimensão dessas parcelas nas Flores e no Faial, embora haja a considerar a maior valorização da propriedade urbana na cidade da Horta. Pelo Mapa de Proprietários não podemos distinguir a propriedade urbana da rústica.

A distribuição por freguesias permite constatar sobre essa valorização da propriedade na cidade da Horta, particularmente no caso da Matriz com toda a propriedade tendencialmente urbana, das três vilas do Pico e das duas vilas das Flores, embora, no caso das vilas, as zonas claramente urbanas sejam de dimensão reduzida. Podemos ainda observar a diferente situação nas freguesias rurais.



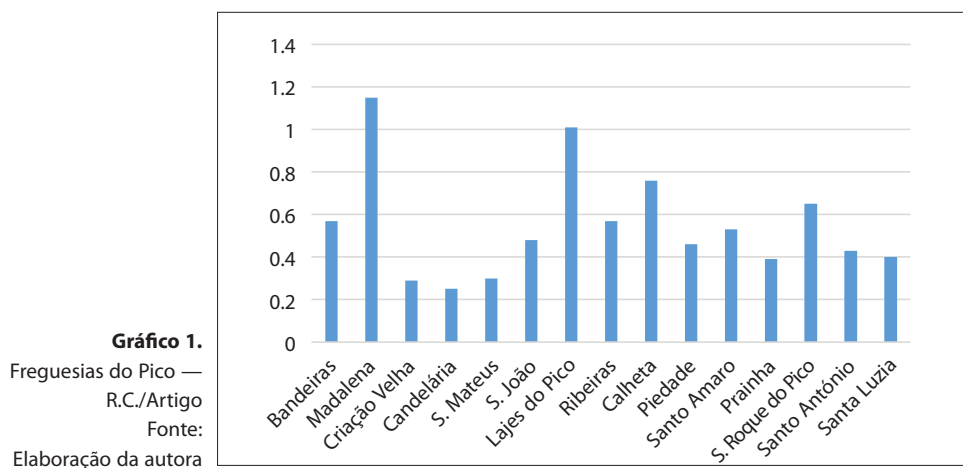
**Mapa 1.** Pico

Fonte: CAOP2013/Casa de Sarmento - CEP

**Tabela 2.** R.C./artigo matricial/Pico (réis)

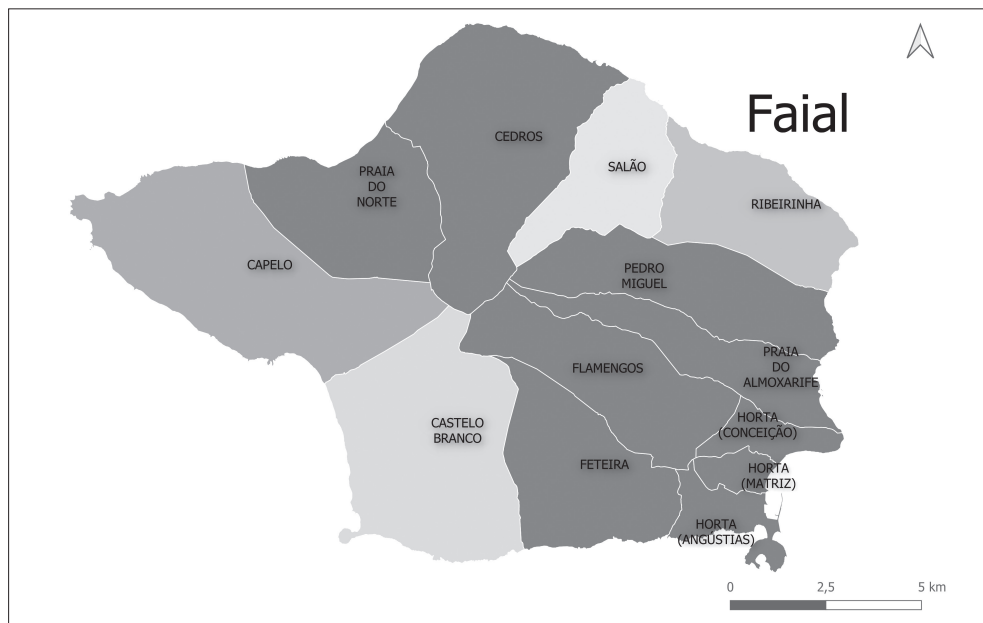
Freguesias	R.C.	N.º de artigos	R.C./artigo
Bandeiras	2 221\$128	3909	\$568
Madalena	9 536\$014	8265	1\$154
Criação Velha	1 799\$983	6134	\$293
Candelária	2 760\$775	11 028	\$250
São Mateus	5 174\$120	17 212	\$301
São João	2 883\$272	5995	\$481
Lajes do Pico	8 315\$915	8272	1\$005
Ribeiras	4 777\$650	8354	\$572
Calheta de Nesquim	3 859\$239	5079	\$760
Piedade	6 894\$925	15 025	\$459
Santo Amaro	2 051\$715	3889	\$528
Prainha	3 719\$512	9478	\$392
São Roque do Pico	4 011\$291	6211	\$646
Santo António	3 264\$222	7532	\$433
Santa Luzia	2 233\$708	5621	\$397

Fonte: Elaboração da autora



Como se verifica, é nas freguesias da Madalena, Criação Velha, Candelária e São Mateus que o rendimento coletável por artigo matricial se coloca em nível mais baixo, no contexto de toda a ilha, à volta dos \$300 réis, ou menos, por artigo. No entanto, no mesmo concelho, as freguesias de Bandeiras e Madalena distinguem-se, ao que não será estranho a propriedade rústica de maior dimensão usufruída por proprietários do Faial, a que poderá crescer, no caso da Madalena, a maior valo-

rização da propriedade urbana. Essa valorização da propriedade urbana distingue também a vila das Lajes, sendo Madalena e Lajes as únicas freguesias do Pico em que se atingem os 1\$000 réis de rendimento coletável por artigo, o que não chega a acontecer na vila de São Roque do Pico.



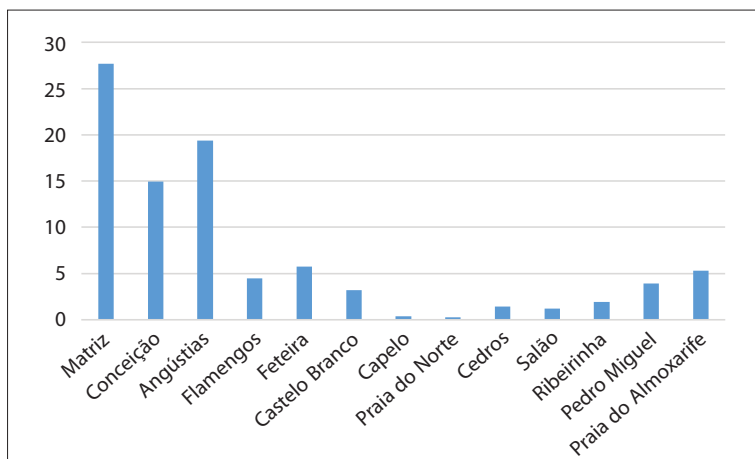
**Mapa 2.** Faial

Fonte: CAOP2013/Casa de Sarmento – CEP

**Tabela 3.** R.C./artigo matricial/Faial (réis)

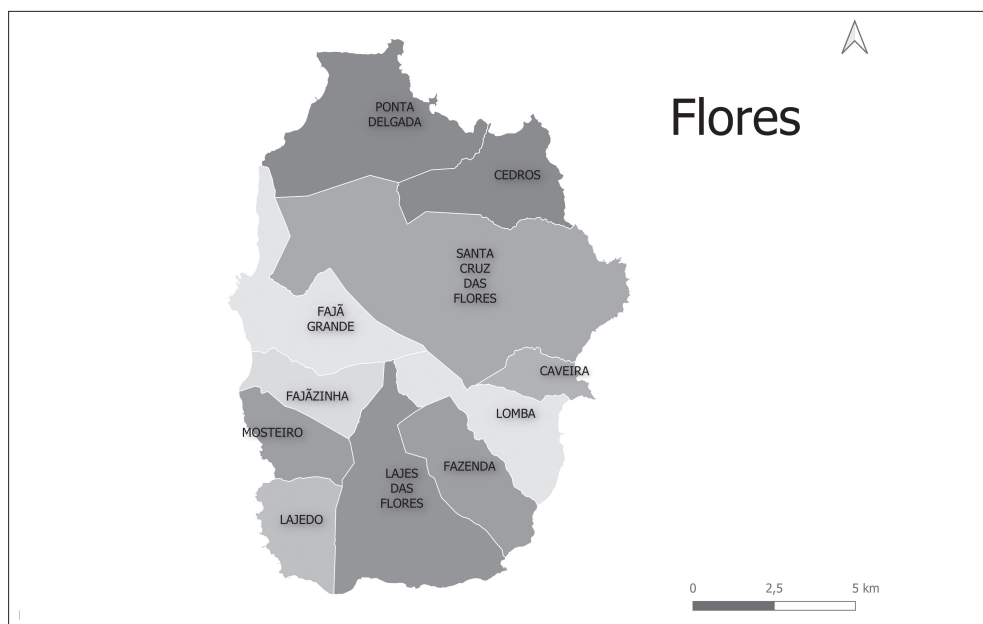
Freguesias	R.C.	N.º de artigos	R.C./artigo
Matriz	21 561\$710	778	4\$484
Conceição	9 548\$420	638	5\$746
Angústias	17 102\$150	881	3\$195
Flamengos	9 515\$965	2122	\$356
Feteira	18 852\$696	3281	\$243
Castelo Branco	14 105\$732	4415	1\$446
Capelo	3 049\$085	8554	1\$207
Praia do Norte	1 734\$639	7140	1\$946
Cedros	15 980\$306	11 053	3\$908
Salão	5 964\$950	4944	5\$304
Ribeirinha	8 898\$065	4573	4\$484
Pedro Miguel	10 425\$585	2668	5\$746
Praia do Almojarife	7 679\$971	1448	3\$195

Fonte: Elaboração da autora



**Gráfico 2.**  
R.C./artigo matricial/  
Faial (reís)  
Fonte:  
Elaboração da autora

No Faial, são apenas as freguesias fustigadas por vulcões recentes (1672), Capelo e Praia do Norte, onde o rendimento coletável por artigo baixa de \$400 réis, colocando-se em todas as outras freguesias acima de 1\$000 réis, sobressaindo a cidade, em que se salienta a freguesia da Matriz, com propriedade quase exclusivamente urbana, a ultrapassar os 27\$000 réis por artigo matricial.



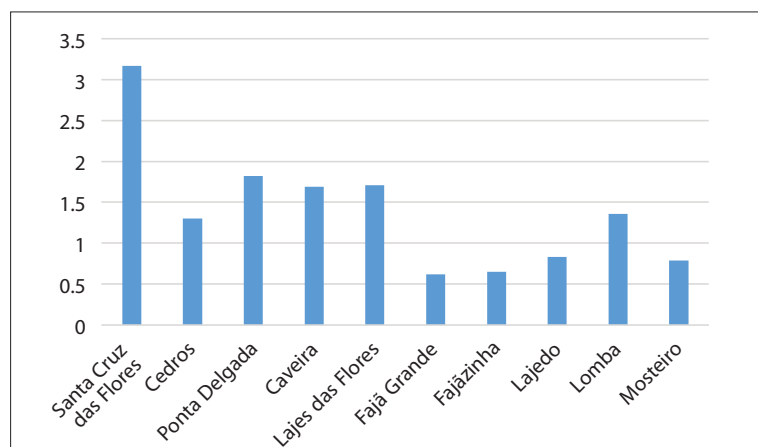
**Mapa 3.** Flores  
Fonte: CAOP2013/Casa de Sarmento – CEP



**Tabela 4.** Freguesias das Flores — R.C./Artigo

Freguesias	R.C.	N.º de artigos	R.C./artigo
Santa Cruz das Flores	9 324\$961	2939	3\$173
Cedros	1 502\$964	1160	1\$296
Caveira	974\$144	575	1\$694
Ponta Delgada	5 974\$472	3279	1\$822
Lajes das Flores	8 044\$174	4712	1\$707
Fajã Grande	2 232\$274	3612	\$618
Fajãzinha	1 266\$580	1942	\$652
Lajedo	1 191\$098	1435	\$830
Lomba	2 574\$006	1888	1\$363
Mosteiro	925\$779	1177	\$786

Fonte: Elaboração da autora



**Gráfico 3.**  
Freguesias das Flores  
— R.C./Artigo  
Fonte:  
Elaboração da autora

Nas Flores, é na vila de Santa Cruz das Flores que a média por artigo matricial é mais elevada, seguida pela freguesia de Ponta Delgada, que se sobrepõe, embora ligeiramente, à vila das Lajes. Fajã Grande, Fajãzinha, Mosteiro e Lajedo são as freguesias que não atingem os 1\$000 réis por artigo matricial, embora acima dos \$600 réis.

Um indicador menos grosseiro e mais elucidativo para avaliar da riqueza relativa das populações será o rendimento coletável por habitante.

Para um ano central de levantamento das matrizes prediais, o de 1884, tivemos acesso ao número de habitantes por freguesia para todas as ilhas do ex-distrito da Horta<sup>5</sup>. Sabendo-se que o espaço útil de cada freguesia não era necessariamente usufruído pelos próprios residentes, não podemos desenvolver um cálculo simples de divisão do rendimento coletável referido a cada freguesia pelo número de habitantes.

<sup>5</sup> AMORIM, 2004.

Impõe-se, caso a caso, identificar todos os proprietários de fora, subtraindo o seu rendimento coletável e acrescentando-o na própria freguesia de residência.

Embora os mapas de proprietários indiquem o lugar de residência na própria freguesia e identifiquem as freguesias dos residentes fora, há exceções quando se trata de proprietários residentes noutra ilha, mas o caso mais frequente é o dos proprietários das freguesias urbanas do Faial, que são muitas vezes referidos como residentes na Horta, no caso de serem proprietários no Pico ou simplesmente na cidade, no caso de serem proprietários em freguesias rurais do Faial.

Embora em todas as freguesias do Pico se encontrem proprietários do Faial, era na *terra ardidada*, na extensão que vai de Santa Luzia a São Mateus (na altura englobando ainda São Caetano), onde faialenses, principalmente hortenses, eram predominantemente proprietários de extensões apreciáveis de vinhas ou figueiras.

Será interessante salientar essa situação.

**Tabela 5.** Propriedade detida por não residentes nas freguesias da terra ardidada do Pico (%)

Santa Luzia	18,4
Bandeiras	12,6
Madalena	34,0
Criação Velha	27,2
Candelária	21,8
São Mateus	11,4

Fonte: Elaboração da autora

Reparemos que 34% do valor coletável na freguesia da Madalena pertencia a proprietários de fora, seguindo-se Criação Velha e Candelária e depois Santa Luzia, esta já pertencente ao concelho de São Roque do Pico.

Considerando o rendimento coletável no Pico de residentes no Faial e o rendimento coletável no Faial de residentes no Pico, e sendo depreciável o número de proprietários de fora nas Flores e Corvo, a partir do número de habitantes em cada ilha em 1884, podemos começar por calcular, por ilha, o rendimento coletável por habitante.

**Tabela 6.** R.C./habitante/ilha (réis)

Ilhas	a)	b)	c)	d)	e)	f)
Pico	63 503\$470	13 760\$310	8 429\$646	58 172\$806	25 977	2\$239
Faial	144 419\$274	31 221\$741	48 819\$239	161 534\$420	24 484	6\$543
Flores	31 778\$180				10 003	3\$177
Corvo	3 906\$991				849	4\$601

Legenda: a) R.C. da ilha; b) R.C. na ilha de não residentes; c) R.C. fora da ilha dos residentes; d) R.C. global dos residentes; e) Habitantes; f) R.C. por habitante

Fonte: Elaboração da autora

Verificamos, por este indicador, que, apesar dos residentes no Pico terem já adquirido alguma terra no Faial, de onde iam buscar o alimento básico, o milho, a balança pendia fortemente para os faialenses com propriedade no Pico.

Os habitantes do Pico eram claramente mais pobres do que os habitantes das outras ilhas que formavam então o distrito da Horta. Teriam apenas um terço do rendimento dos faialenses, metade do rendimento dos corvins, distanciando-se ainda dos florentinos, os segundos mais pobres.

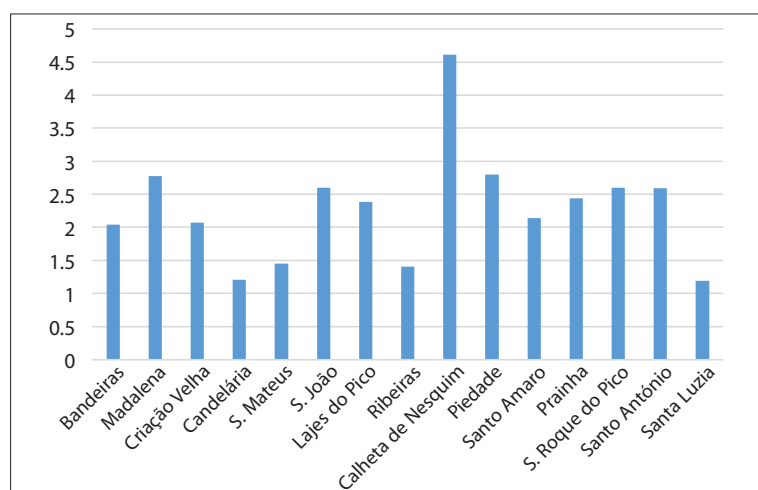
Estes são números médios que não expressam a penúria com a qual terão vivido as populações do Pico, particularmente as que construíram a paisagem classificada.

Tabela 7. R.C./habitante/Pico (réis)

Freguesias	a)	b)	c)	d)	e)	f)
Bandeiras	2 221\$128	503\$096	259\$934	1 977\$966	967	2\$045
Madalena	9 536\$014	4 131\$420	656\$286	6 060\$880	2186	2\$773
Criação Velha	1 799\$983	625\$358	694\$755	1 869\$380	903	2\$070
Candelária	2 760\$775	965\$258	153\$307	1 948\$824	1612	1\$209
São Mateus	5 174\$120	892\$888	250\$046	4 531\$278	3119	1\$453
São João	2 883\$272	183\$418	475\$340	3 175\$194	1222	2\$598
Lajes do Pico	8 315\$915	1 026\$020	693\$462	7 983\$357	3345	2\$387
Ribeiras	4 777\$650	1 865\$090	282\$834	3 195\$394	2276	1\$404
Calheta de Nesquim	3 859\$239	694\$419	2 252\$059	5 416\$879	1175	4\$610
Piedade	6 894\$925	7914933	532\$842	6 635\$834	2368	2\$802
Santo Amaro	2 051\$715	309\$651	101\$091	1 843\$155	862	2\$139
Prainha	3 719\$512	67\$141	174\$186	3 826\$557	1570	2\$437
São Roque do Pico	4 011\$291	349\$176	1 009\$891	4 672\$006	1798	2\$598
Santo António	3 264\$222	319\$446	686\$047	3 630\$823	1399	2\$595
Santa Luzia	2 233\$708	1 035\$993	207\$566	1 405\$281	1175	1\$196

Legenda: a) R.C. da ilha; b) R.C. na ilha de não residentes; c) R.C. fora da ilha dos residentes; d) R.C. global dos residentes; e) Habitantes; f) R.C. por habitante

Fonte: Elaboração da autora



**Gráfico 4.**  
Freguesias do Pico —  
R.C./Habitante  
Fonte:  
Elaboração da autora

A freguesia mais pobre do Pico em meados da década de 1880 era a de Santa Luzia, não atingindo 1\$200 réis de rendimento coletável por habitante, mas a grande pobreza também se estendia à Candelária, São Mateus ou Ribeiras, com rendimento coletável médio abaixo dos 1\$500 réis. Aliás, o rendimento coletável por habitante, à exceção do estranho caso da Calheta de Nesquim, não atinge em nenhum caso, os 3\$000 réis.

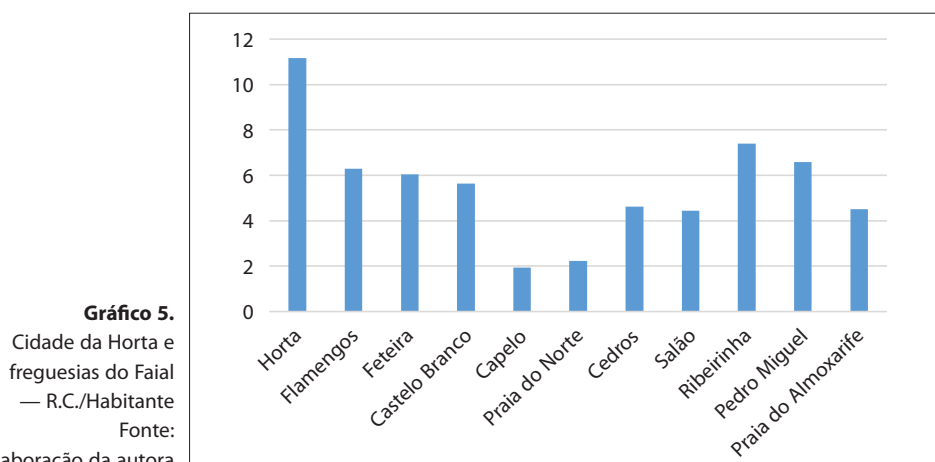
O caso da Calheta de Nesquim merecerá uma atenção particular, mas podemos desde já verificar que uma parte significativa do rendimento dos residentes advinha de propriedades fora do espaço da freguesia. Admitimos que a Calheta de Nesquim, tendo-se autonomizado como freguesia apenas em meados do século XVIII, estando integrada antes na Piedade, continuasse a explorar importantes espaços registados na freguesia-mãe.

**Tabela 8.** R.C./Habitante/Faial (réis)

Freguesias	a)	b)	c)	d)	e)	f)
Horta	48 212\$280	5 183\$048	36 790\$550	79 919\$782	7141	11\$178
Flamengos	9 515\$965	1 923\$235	6 743\$872	14 336\$600	2281	6\$285
Feteira	18 852\$696	5 278\$639	717\$398	14 291\$460	2364	6\$045
Castelo Branco	14 105\$732	2 574\$420	356\$971	11 888\$280	2108	5\$640
Capelo	3 049\$085	475\$580	148\$333	2 721\$838	1405	1\$937
Praia do Norte	1 734\$639	267\$412	62\$670	1 529\$899	686	2\$230
Cedros	15 980\$306	1 094\$475	733\$220	15 619\$950	3375	4\$628
Salão	5 964\$950	1 360\$100	418\$290	5 023\$140	1128	4\$453
Ribeirinha	8 898\$065	851\$760	329\$745	8 376\$050	1133	7\$393
Pedro Miguel	10 425\$585	1 368\$090	2 082\$950	11 140\$450	1693	6\$580
Praia do Almojarife	7 679\$971	2 834\$199	435\$240	5 281\$012	1170	4\$514

Legenda: a) R.C. da ilha; b) R.C. na ilha de não residentes; c) R.C. fora da ilha dos residentes; d) R.C. global dos residentes; e) Habitantes; f) R.C. por habitante

Fonte: Elaboração da autora



Para a ilha do Faial, reparamos que grande parte do rendimento dos residentes na cidade da Horta provinha, não só de propriedades no Pico, mas também de freguesias rurais da própria ilha. Também os residentes dos Flamengos tinham um volume importante de propriedades fora do espaço da freguesia, o que contrasta com o caso da Feteira, um bom celeiro, que atraía principalmente proprietários da Horta e dos Flamengos, sem excluir outras freguesias, com relevo para proprietários do Pico.

Reparamos depois que apenas no Capelo e Praia do Norte não se atingiam os 2\$500 réis de rendimento coletável por habitante, posicionando-se todas as outras acima dos 4\$000 réis. O rendimento coletável de cada hortense ultrapassava os 11\$000 réis.

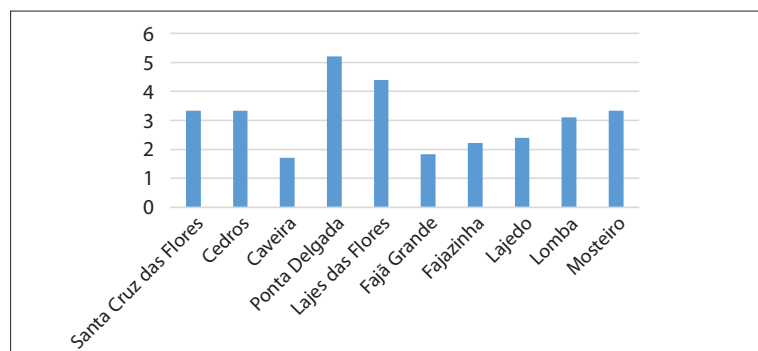
**Tabela 9.** R. C./ Habitante/Flores (réis)

Freguesias	a)	b)	c)	d)	e)	f)
Santa Cruz das Flores	9 324\$961	98\$406	894\$491	10 121\$950	3038	3\$331
Cedros	1 502\$964	93\$918	65\$826	1 474\$872	441	3\$344
Caveira	974\$144	550\$230	10\$876	434\$790	256	1\$698
Ponta Delgada	5 974\$472	148\$571	51\$396	5 877\$297	1131	5\$197
Lajes das Flores	8 044\$174	182\$558	276\$174	8 137\$790	1855	4\$387
Fajã Grande	2 232\$274	150\$354	97\$901	2 179\$821	1190	1\$832
Fajãzinha	1 266\$580	74\$748	361\$966	1 553\$798	698	2\$226
Lajedo	1 191\$098	339\$458	25\$076	876\$716	366	2\$395
Lomba	2 574\$006	183\$448	130\$151	2 520\$709	810	3\$112
Mosteiro	925\$779	298\$886	98\$412	725\$305	218	3\$327

Legenda: a) R.C. da freguesia; b) R.C. na freguesia de não residentes; c) R.C. fora da freguesia dos residentes; d) R.C. global dos residentes; e) Habitantes; f) R.C. por habitante

Fonte: Elaboração da autora

Nas Flores, apenas os residentes na Caveira e Fajã Grande contabilizavam menos de 2\$000 réis de rendimento coletável por habitante. No primeiro caso, cerca de metade do valor coletável da freguesia pertencia a gente de fora, predominantemente de residentes em Santa Cruz. Ponta Delgada era a freguesia de solo mais rico, ultrapassando os 5\$000 réis de rendimento coletável por habitante, sobrepondo-se mesmo a qualquer uma das vilas, Lajes ou Santa Cruz das Flores.



**Gráfico 6.**

Freguesias das Flores  
— R.C./Habitante

Fonte:

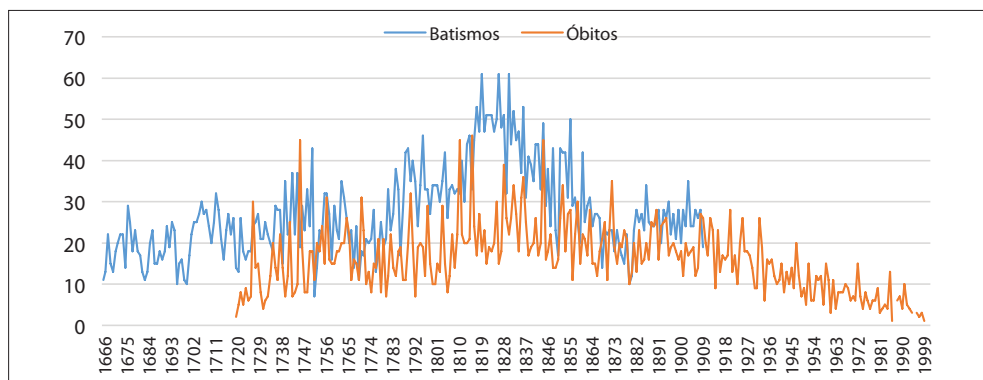
Elaboração da autora

## 2. COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS COMPARADOS

Sendo Santa Luzia a freguesia mais pobre do Pico e Ponta Delgada a mais rica das Flores, com dimensões de população muito próximas, será interessante contrastar comportamentos demográficos de uma e de outra.

Começamos por observar, para Santa Luzia e Ponta Delgada, na longa duração, a evolução dos nascimentos, comparada com a evolução dos óbitos, para o período em que se dispõe do registo de todos os falecidos. Consideradas as crianças até aos 7 anos como anjos, que não necessitavam da intervenção da Igreja para a sua salvação, é muitas vezes tardio o registo do seu falecimento. No caso vertente, o registo sistemático de mortalidade infantil na paróquia picoense precede de quatro décadas o da paróquia florentina.

**Gráfico 7.** Movimento natural — Santa Luzia



Fonte: Elaboração da autora

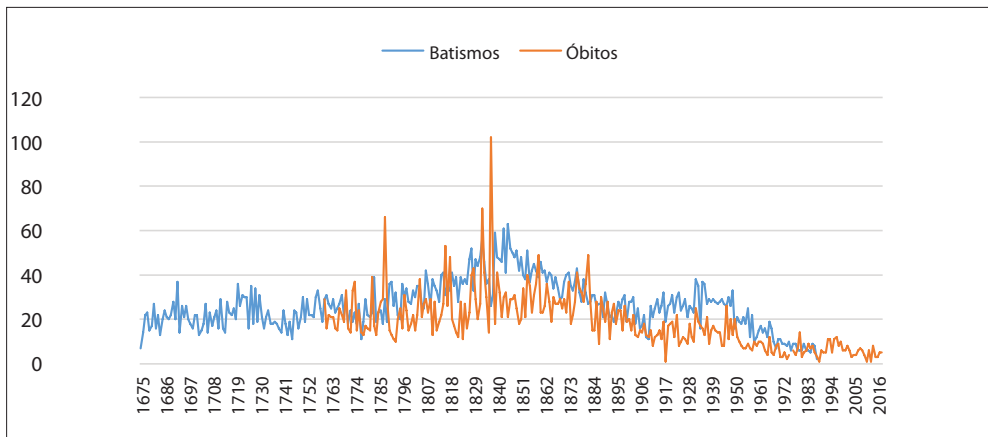
Em Santa Luzia encontramos duas grandes fases de evolução dos nascimentos muito marcadas, a de crescimento até à década de 1830, e a posterior, de regressão intensa, até à década de 1880, com algum crescimento até final da nossa observação sobre os nascimentos, que se queda em 1909, embora se prolongue, no caso dos óbitos, até ao início deste século XXI. O crescimento no século XVIII foi afetado pela sobremortalidade de 1746<sup>6</sup> e pela emigração a que a fome obrigou, primeiro para outras ilhas e depois para o Brasil, aproveitando as facilidades dadas pela Coroa portuguesa para a colocação de casais açorianos nas fronteiras da grande colónia. Um crescimento acelerado delineia-se logo a partir do último quartel do século XVIII, ultrapassando-se os 60 nascimentos por ano no início da década de 1830, altura em que se dá a rutura com os recursos disponíveis, bem antes da crise das vinhas, que só se daria em 1852. A emigração massiva de gente

<sup>6</sup> AMORIM, 2016: 39.

jovem fez cair drasticamente o volume de nascimentos, encontrando-se menos de 20 nascimentos por ano na década de 1870. As três décadas seguintes permitiram uma ligeira recuperação.

Observando os saldos fisiológicos, verificamos que, se excetuarmos, para o século XVIII, a sobremortalidade dos anos de 1727, 1746 e 1771, para o século XIX, embora se marquem as epidemias de varíola de 1811, 1816 e 1845, os picos de óbitos pouco se sobrepõem aos nascimentos, o mesmo não acontecendo com a crise de varíola de 1873, já em período regressivo.

**Gráfico 8.** Movimento natural — Ponta Delgada

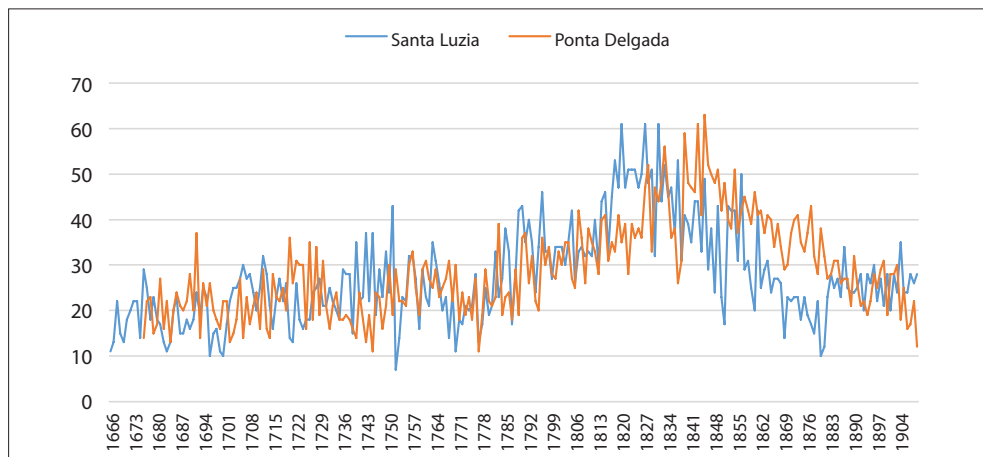


Fonte: Elaboração da autora

Em Ponta Delgada, o aumento do volume de nascimentos é também expressivo na primeira metade do século XIX, passando de menos de 40 nascimentos por ano, nos finais do século XVIII, para mais de 60 em meados da década de 1840. Dá-se depois a regressão, com menos de 20 nascimentos no início do século XX. Prolongando-se a observação de batizados pelo século XX, verificamos que o corte da emigração para os Estados Unidos faz elevar o volume de nascimentos entre 1920 e 1950, mas a partir de então a regressão é muito marcada, pela nova abertura aos Estados Unidos e também ao Canadá e efeitos da contraceção.

Reparamos depois que as crises de mortalidade em Ponta Delgada atingiram níveis bem mais importantes do que os encontrados em Santa Luzia, particularmente a crise de 1837, que pelo testemunho do pároco, sabemos ser de varíola. Dentro do observado, os saldos fisiológicos são persistentemente menos positivos dos que os encontrados na paróquia picoense.

A comparação das curvas de batizados numa e noutra paróquia permite-nos uma comparação mais clara sobre a dinâmica até 1910.

**Gráfico 9.** Movimento natural comparado — Santa Luzia e Ponta Delgada

Fonte: Elaboração da autora

Até à segunda década do século XIX, a sobreposição das duas curvas de batizados evidencia um movimento sensivelmente paralelo, embora com oscilações, notando-se maiores dificuldades de crescimento em Ponta Delgada na primeira metade do século XVIII, uma retração mais marcada em meados do século em Santa Luzia, retração que se vai marcar na paróquia florentina no último quartel desse mesmo século. O maior desfasamento entre as duas paróquias irá verificar-se a partir da segunda década do século XIX. Enquanto em Santa Luzia a última data em que encontramos o valor mais alto de nascimentos é o ano de 1831, esse valor mais alto só é encontrado em Ponta Delgada em 1845, com queda posterior contínua. Admitimos que em Santa Luzia a rutura com os recursos obrigaria mais cedo a uma emigração de massas, mas outros comportamentos podem justificar as diferenças.

Antes de entrarmos no século XX, num quadro comum de fecundidade próxima da natural, as fases de contenção ou crescimento poderão refletir tanto comportamentos mais volitivos como a idade ao casar, o celibato definitivo ou a mobilidade, como a mortalidade de crise ou a mortalidade comum, com níveis diferenciados de esperança de vida. Importa comparar esses comportamentos nas duas comunidades.

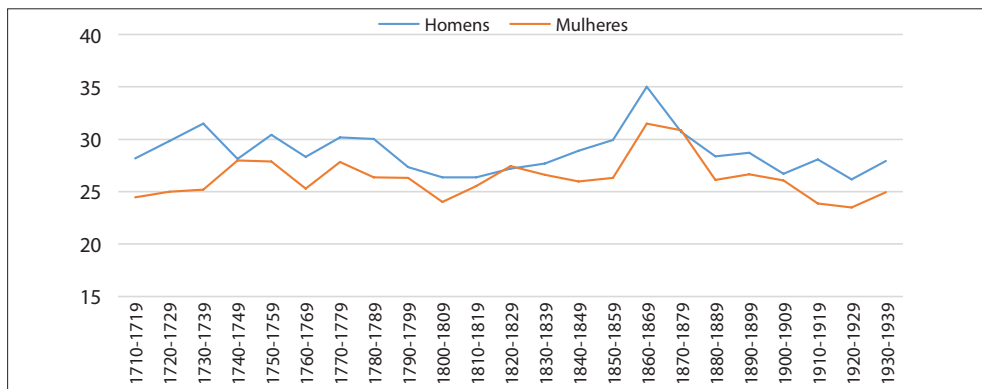
## 2.1. Comportamentos comparados de nupcialidade — idade média ao primeiro casamento

As razões do incremento mais expressivo do volume de nascimentos na primeira metade do século XIX, poderá procurar-se primeiro nas alterações da idade ao casamento, particularmente no sexo feminino. Uma idade mais precoce ao casamento nas mulheres poderia significar um período mais longo de convivência conjugal e um maior número de filhos.



Começamos, por isso, por apresentar as idades médias ao casamento, em análise transversal, por décadas, observando os casamentos realizados 50 anos após o início do registo de batizados. Considere-se que, quase sempre, só no século XX há indicação no ato de casamento da idade dos nubentes pelo que se torna necessário, na observação em causa, identificar os nubentes ao nascimento e excluir a possibilidade de estarmos a privilegiar casamentos mais precoces.

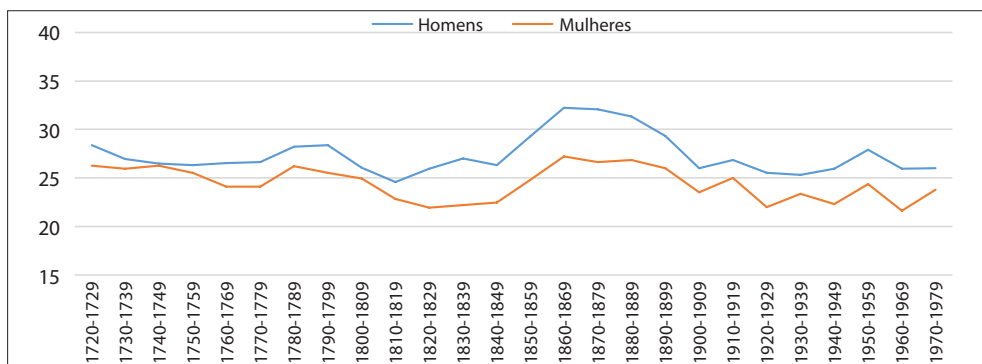
**Gráfico 10.** Santa Luzia — Idade média ao primeiro casamento



Fonte: Elaboração da autora

Em Santa Luzia, as idades médias ao casamento feminino apresentam-se muito elevadas, oscilando entre os 25 e os 27 anos entre 1710 e 1860, subindo para 31 anos nas décadas de 1860 e 1870, período mais afetado pelo movimento emigratório massivo. Nas décadas seguintes dá-se um abaixamento, colocando-se, a partir da segunda década do século XX, em valores abaixo dos 25 anos. Os homens casaram à volta dos 30 anos até entrarmos nas últimas décadas do século XVIII, chegando a atingir os 35 anos na década de 1860, iniciando depois o movimento descendente, mas não baixando dos 26 anos.

**Gráfico 11.** Ponta Delgada — Idade média ao primeiro casamento



Fonte: Elaboração da autora

Em Ponta Delgada casava-se mais cedo, o que poderia fazer supor um crescimento mais sustentado do volume de nascimentos, relativamente a Santa Luzia, o que vimos não ter acontecido. No século XVIII a idade média ao primeiro casamento feminino na paróquia florentina oscilava à volta dos 25 anos, 1 a 2 anos menos do que em Santa Luzia, mas na década de 1820, a média de idade ao casamento feminino queda-se nos 22 anos, a justificar em parte a subida pronunciada de nascimentos verificada no período. Após 1850 as médias sobem, já ultrapassando os 25 anos, atingindo na década de 1860 os 27 anos, a década crítica nas duas comunidades no que respeita a este comportamento. Dá-se um abaixamento posterior que chega aos 24 anos na primeira década do século XX, com ténues oscilações posteriores.

O desfasamento entre a idade ao casar de homens e mulheres é maior na paróquia florentina, chegando a atingir 5 anos de diferença na década de 1860.

## 2.2. Comportamentos comparados de nupcialidade — celibato definitivo

A par das alterações na idade ao primeiro casamento feminino, o número de pessoas que não chegaram a casar em tempo útil para deixarem descendência pode ser também uma variável influente na evolução dos batizados, dado que, nessa sociedade tradicional, por norma, os nascimentos aconteciam dentro do casamento.

Para avaliarmos a percentagem de definitivamente celibatários nas duas comunidades, considerámos, por períodos, o volume de falecidos com 50 ou mais anos e desses quantos faleceram no estado de solteiros. Trata-se da observação possível, embora a idade ao óbito esteja naturalmente desfasada da idade núbil.

Tabela 10. Celibato definitivo

Períodos	Santa Luzia		Ponta Delgada	
	H	H	H	M
1780-1819	7	14	14	17
1820-1859	7	7	10	19
1860-1899	12	28	11	35
1900-1939	18	40	17	32

Fonte: Elaboração da autora

Verificamos, pelo quadro, que o celibato definitivo, particularmente o celibato feminino não é depreciável em nenhum período observado e em nenhuma das duas paróquias.

Se excluirmos o último período observado, reparamos que o celibato definitivo foi bem mais frequente na terra mais produtiva do que na terra pobre, particularmente no que respeita ao sexo masculino. A necessidade de manter o estatuto de nascimento apresenta-se como uma primeira explicação.

A incidência do celibato marca-se, no entanto, para os falecidos depois de 1860, aqueles que, em idade núbil, começaram a ser mais afetados pelas alterações profundas provocadas pela intensificação da mobilidade. Sabemos que a mobilidade massiva foi fortemente diferencial, a deixar muitas mulheres sem parceiro. Cerca de um terço das mulheres que morreram entre 1860 e 1940, numa e noutra comunidade não chegaram a casar, com especial relevo para as falecidas em Santa Luzia nos primeiros 40 anos do século XX.

### 2.3. Fecundidade ilegítima e expostos

O celibato definitivo terá tido naturais reflexos nos nascimentos fora do casamento, não só o celibato definitivo feminino, mas também o masculino. Níveis mais altos de ilegitimidade podem ser provocados pelo maior volume de homens que não chegaram a casar.

Tabela 11. Fecundidade ilegítima e expostos

Períodos	Santa Luzia		Ponta Delgada	
	Ileg.	Exp.	Ileg.	Exp.
1790-1829	4,4	8,6	12,9	0,3
1830-1869	5,6	9,4	19,9	0,6
1870-1899	9,2	3,2	14,8	2,1
1900-1929	8,3	0,3	8,9	0,1

Fonte: Elaboração da autora

O quadro evidencia, de facto, em Ponta Delgada, marcada diferença na percentagem de filhos nascidos fora do casamento de mãe conhecida, a aproximar-se dos 20% nos anos centrais do século XIX, enquanto em Santa Luzia não se atinge, paralelamente, os 6%. No entanto, o abandono de crianças tem pouca expressão em Ponta Delgada, o mesmo não acontecendo na paróquia picoense, com valores à volta dos 9% entre 1790 e 1869. Repare-se que nas três décadas finais do século XIX sobe em Santa Luzia a percentagem de filhos nascidos fora do casamento de mãe conhecida para descer a percentagem de crianças abandonadas, perdendo expressão o fenómeno do abandono no século XX. Não podemos, no entanto, pensar que todas as crianças abandonadas e que foram registadas em Santa Luzia eram da responsabilidade da própria paróquia. Dada a pobreza da comunidade, muitas mulheres juntavam algum rendimento aos fracos recursos domésticos servindo como amas de expostos e é admissível que crianças oriundas das freguesias vizinhas, particularmente das vilas da Madalena e de São Roque do Pico, aí fossem abandonadas<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> AMORIM, 2016: 50.

## 2.4. Comportamentos comparados de mortalidade

Dados os eventuais problemas das fontes e o fenómeno perturbador constituído pela mobilidade, o estudo do principal indicador da mortalidade, a esperança de vida à nascença, em análise longitudinal, é um estudo complexo.

Podemos debater-nos, nestas ilhas, principalmente até meados do século XVIII, com o não registo ou sub-registo de mortalidade infantil, como vimos anteriormente, o que protela a observação.

Mesmo beneficiando de registos sistemáticos, o estudo longitudinal da mortalidade, além de exigir o acompanhamento das gerações ao longo dos 100 anos posteriores ao nascimento, parte de algumas convenções. Uma primeira convenção é o acompanhamento em cada paróquia ou zona observada, apenas dos indivíduos para os quais conhecemos a data de nascimento. Para Santa Luzia, o acompanhamento de percursos foi feito por toda a ilha e pela zona de maior atração exterior, a cidade da Horta, na ilha do Faial. No caso de Ponta Delgada, não se dispoñdo ainda de bases de dados para todas as paróquias da ilha, limitámo-nos a acompanhar os percursos dentro da freguesia.

Além dos indivíduos nascidos e falecidos em cada freguesia ou na área mais alargada observada, encontramos outros indivíduos aí nascidos cujo destino desconhecemos. Na ausência de lacunas nos registos ou sub-registo de menores, trata-se de indivíduos que se ausentaram e para os quais não temos data de ausência, a não ser a decorrente do cruzamento com os registos de passaportes, que só cobrem a emigração legal. Esse trabalho de cruzamento dos registos de passaportes nas bases de dados genealógicas foi desenvolvido para Santa Luzia, mas não para Ponta Delgada.

Nos casos em que não acompanhamos até à morte indivíduos nascidos na comunidade, para marcar um *fim de observação*, caso a caso, não se dispoñdo de registo de passaporte, usámo-nos convenções.

Consideremos que a mobilidade pode afetar famílias ou indivíduos isolados.

A mobilidade familiar deteta-se pela ausência de qualquer registo, seja de batizado ou óbito, a partir de determinado momento, para qualquer membro de uma família para a qual estamos a acompanhar o percurso pelo casamento ou nascimento de filhos. Convencionámo-nos, para este caso, que a última data familiar conhecida, seria o *fim da observação* para todo e qualquer membro dessa família. Essa data poderá ser o nascimento do último filho conhecido ou o óbito posterior do mesmo ou de um irmão nascido anteriormente. Trata-se, naturalmente, de uma marcação de fim de observação, por defeito.

A mobilidade isolada pode afetar não só os filhos de determinada família, mas também algum dos progenitores. No caso de não conhecermos a data de óbito de apenas um dos progenitores, considerámo-nos como *fim de observação*, para o mesmo, a última data em que o sabemos presente, seja a data de casamento sem nenhuma

informação posterior, o nascimento de um filho, a morte de um outro, ou o óbito do outro cônjuge no estado de casado, continuando a tratar-se de uma marcação, por defeito.

No caso de se tratar de indivíduos dos quais apenas conhecemos a data de nascimento e que se integram em famílias consideradas estáveis, marcámos como *fim de observação* os 20 anos exatos do mesmo. Esse é um procedimento que temos vindo a adotar desde o estudo das *Três Paróquias do Sul do Pico*<sup>8</sup>, considerando os 20 anos como uma idade charneira entre o afastamento por motivos de trabalho (na maior parte dos casos, uma emigração intercontinental, geralmente mais precoce) ou de casamento no exterior (geralmente em idades mais elevadas). Sabemos, no entanto, que essa idade média de afastamento isolado pode variar com o tempo, embora, na aproximação aos resultados pretendidos, se possa beneficiar da menor acuidade da mortalidade nessas idades.

Este trabalho de marcação de *fim de observação*, caso a caso, em alguns milhares de indivíduos, é um trabalho delicado, de minúcia, necessariamente muito moroso, mas é o procedimento que nos permite uma maior aproximação ao número de indivíduos em risco de óbito, em cada freguesia, em cada idade, em determinado ano, avaliando depois quantos desses efetivamente faleceram nessa mesma idade.

Partimos depois do princípio de que os indivíduos que se ausentaram teriam, em relação aos observados, um comportamento semelhante perante a morte.

Para oito das 16 freguesias do Pico, a partir de 1992, fomos obtendo resultados sucessivos, em termos de comportamentos demográficos, sempre com a estranheza sobre a suavidade da morte, tanto nas primeiras idades como nas idades mais elevadas, o que nos levou à publicação de um artigo sobre essa problemática<sup>9</sup>.

Em Santa Luzia encontramos um registo de mortalidade infantil tendencialmente sistemático desde a década de 1720 e o acompanhamento do percurso prolonga-se pelo século XXI, o que nos permitiria o cálculo da esperança de vida à nascença para as gerações nascidas entre 1720 e 1910<sup>10</sup>.

No entanto, em Ponta Delgada o registo de óbitos tendencialmente sistemático só se encontra a partir de 1760. Nesta observação, para maior facilidade, considerámos apenas três períodos: 1790-1829, 1830-1869 e 1870-1899. Embora a observação seja feita ano a ano, para facilitar a leitura, apresentamos em quadro apenas a esperança de vida aos 0 anos, a um ano e depois em intervalos quinquenais, terminando aos 85 anos.

---

<sup>8</sup> AMORIM, 1992.

<sup>9</sup> AMORIM, 2004.

<sup>10</sup> AMORIM, 2016: 65.

**Tabela 12.** Esperança de vida à nascença (gerações nascidas entre 1790 e 1889 — comparação entre Santa Luzia e Ponta Delgada)

	Gerações nascidas entre 1790 e 1829						Gerações nascidas entre 1830 e 1869						Gerações nascidas entre 1870 e 1899					
	Santa Luzia			Ponta Delgada			Santa Luzia			Ponta Delgada			Santa Luzia			Ponta Delgada		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
<b>0</b>	51,7	54,0	53,0	42,3	40,2	41,2	52,2	52,2	52,2	40,4	40,7	40,4	53,0	54,3	53,6	42,5	46,7	44,9
<b>1</b>	57,9	59,5	58,9	51,3	48,5	49,9	58,7	58,6	58,7	49,7	48,0	48,8	58,9	60,8	59,8	52,0	56,4	54,6
<b>5</b>	59,3	64,4	62,1	53,0	51,7	52,3	62,6	62,3	62,5	56,7	53,7	55,0	63,5	63,5	63,4	58,1	62,8	60,9
<b>10</b>	56,4	60,2	58,5	49,5	48,4	48,9	59,7	59,6	59,7	54,8	50,4	52,9	59,8	58,7	59,2	55,5	59,3	57,9
<b>15</b>	52,4	55,7	54,3	46,2	44,4	45,3	55,3	55,5	55,5	50,9	47,9	49,2	55,3	54,7	54,9	51,8	55,2	54,1
<b>20</b>	48,1	51,6	50,1	41,9	41,2	41,5	51,1	51,0	51,1	46,5	44,1	45,1	51,5	50,2	50,7	47,0	51,0	49,6
<b>25</b>	44,2	47,7	46,2	38,3	38,1	38,2	46,8	47,5	47,2	41,8	41,3	41,5	47,1	46,7	46,9	43,9	48,2	46,7
<b>30</b>	40,5	43,7	42,3	35,3	34,6	34,9	42,1	43,2	42,8	38,2	38,9	38,7	44,7	43,0	42,8	39,5	44,4	42,6
<b>35</b>	37,2	39,8	38,7	30,3	31,5	31,0	37,9	39,6	38,9	34,6	35,8	35,4	39,4	37,7	38,4	35,5	40,5	38,7
<b>40</b>	32,9	36,2	34,8	27,7	28,8	28,3	33,0	35,8	34,6	29,9	32,2	31,3	34,4	33,9	34,1	31,0	35,9	34,1
<b>45</b>	29,5	32,1	31,0	24,2	25,0	24,7	28,8	32,2	30,7	27,4	28,8	28,3	29,8	29,8	29,8	27,0	31,9	30,2
<b>50</b>	25,2	27,5	26,5	20,8	22,6	21,8	25,2	28,0	26,8	23,5	25,9	25,0	25,4	27,2	26,3	22,5	26,9	25,4
<b>55</b>	20,9	23,6	22,5	17,3	18,5	18,0	20,8	23,6	22,4	20,2	21,6	21,1	21,2	22,5	21,8	18,9	22,2	21,1
<b>60</b>	17,5	19,9	18,9	14,2	15,2	14,8	17,2	19,8	18,7	16,9	18,0	17,6	17,7	18,3	18,0	15,5	17,7	17,0
<b>65</b>	13,8	16,1	15,2	11,6	12,3	12,0	13,1	15,7	14,6	13,5	14,7	14,3	14,3	14,9	14,6	12,2	14,2	13,6
<b>70</b>	10,6	12,7	11,9	9,4	9,6	9,5	9,3	12,1	11,0	10,3	11,2	10,9	11,7	10,8	11,2	10,0	11,5	11,0
<b>75</b>	8,1	9,7	9,1	6,5	7,1	6,8	6,7	8,9	8,1	7,4	9,1	8,5	8,5	8,1	8,3	7,8	8,9	8,6
<b>80</b>	5,8	7,0	6,6	5,1	5,8	5,5	4,8	6,2	5,8	5,5	6,3	6,0	6,1	6,1	6,0	6,6	6,5	6,5
<b>85</b>	4,0	4,2	4,1	2,8	4,2	3,6	3,0	5,0	4,4	4,5	6,1	5,6	4,6	4,9	4,7	5,8	4,1	4,5

Fonte: Elaboração da autora

Uma primeira constatação é a de que não se encontram ganhos significativos na esperança de vida à nascença, em qualquer das comunidades, ao longo de mais de um século. Partia-se em Santa Luzia de níveis extraordinariamente elevados de sobrevivência, não compatíveis com os comportamentos europeus da época<sup>11</sup>, mas também em Ponta Delgada os ganhos não foram muito expressivos ao longo dos períodos observados.

<sup>11</sup> LIVI-BACCI, 1987.

A segunda constatação é a profunda diferença de comportamento entre a paróquia picoense e a florentina. Para os nascidos entre 1790 e 1829, esperava-se viver em Santa Luzia, mais 10 anos do que em Ponta Delgada. Ainda para os nascidos nos últimos 30 anos do século XIX essa diferença na esperança de vida ultrapassa os 8 anos.

Para os nascidos entre 1790 e 1829, enquanto em Santa Luzia as mulheres, ao nascer, tinham uma esperança de vida de 54 anos, em Ponta Delgada teriam de apenas 40. Ainda aos 65 anos, na paróquia picoense, as mulheres podiam esperar ainda viver mais 16 anos, enquanto na florentina, a esperança de vida se colocava nos 12 anos.

Reparamos ainda que, nesse primeiro período, de forma contrária a Santa Luzia, em Ponta Delgada os homens tinham uma esperança de vida ao nascer superior à das mulheres, situação que se vai inverter nas idades médias.

Considerando as gerações nascidas entre 1830 e 1869, não encontramos salto qualitativo em relação ao período anterior em Santa Luzia, agora com esperança de vida à nascença equivalente em homens e mulheres, mas em Ponta Delgada dá-se uma retração, mais acentuada no sexo masculino, a que não serão alheias as graves epidemias de 1833 e 1837, a afetar predominantemente crianças e jovens.

No terceiro período, gerações nascidas entre 1870 e 1899, notamos em Santa Luzia alguma melhoria nos valores, mas não muito significativa. A esperança de vida à nascença em Santa Luzia é afetada pela maior penalização pela morte de crianças abandonadas que estavam a ser criadas na freguesia.

Embora ainda longe dos níveis da paróquia picoense, nesse último período é mais nítida a melhoria na esperança de vida à nascença em Ponta Delgada, particularmente no caso das mulheres, que assumem agora clara vantagem em relação aos homens.

Outro indicador privilegiado, o cociente de mortalidade infantil, poderá esclarecer melhor as diferenças encontradas na esperança de vida à nascença.

**Tabela 13.** Cociente de mortalidade infantil (permilagem)

Gerações nascidas entre 1790 e 1829						Gerações nascidas entre 1830 e 1869						Gerações nascidas entre 1870 e 1899					
Santa Luzia			Ponta Delgada			Santa Luzia			Ponta Delgada			Santa Luzia			Ponta Delgada		
M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
156	161	159	239	241	241	169	177	173	269	229	251	193	179	186	279	263	271

Fonte: Elaboração da autora

Como se verifica pelo quadro, as diferenças são também nítidas na mortalidade infantil da paróquia picoense e da florentina. Entre 1790 e 1829, em cada 1000 crianças nascidas morriam 159 em Santa Luzia e 241 em Ponta Delgada, antes de terem atingido 1 ano de idade. Nos períodos seguintes não há ganhos no que respeita à mortalidade infantil. Continuamos a apontar para a mortalidade mais gravosa das

crianças nascidas fora do casamento e abandonadas, mas as crises de varíola, podem também ter afetado algumas dessas crianças, embora se saiba da sua relativa imunidade em período de lactação.

## 2.5. Comportamentos comparados de mobilidade

No acompanhamento dos percursos, para efeito da análise longitudinal da mortalidade, marcámos um *fim de observação* para os indivíduos nascidos nas comunidades em observação e que das mesmas se ausentaram. No entanto, o apuramento de resultados para as ausências definitivas da paróquia de origem não se encontra na mesma fase em todas as paróquias observadas. Como vimos, para as paróquias picoenses foram acompanhados os percursos dentro da própria ilha e na cidade da Horta, na ilha do Faial, o principal polo de atração urbana, além do cruzamento com o registo de passaportes. Assim, para Santa Luzia, a mobilidade estimada tem o sentido de longa distância, com eventual conhecimento dos destinos, tratando-se de emigração legal em período coberto pelos passaportes, enquanto para Ponta Delgada significa apenas que os indivíduos nascidos não faleceram na freguesia de origem.

Assim, para efeitos comparativos, ao estimar a percentagem de indivíduos das várias gerações que se ausentaram de forma definitiva da comunidade de origem, considerámos, para qualquer das paróquias, os efetivos iniciais de cada geração e os que lá não morreram, independentemente de sabermos qual o seu destino posterior.

**Tabela 14.** Percentagem de saídas em relação aos efetivos iniciais das gerações

	1770-1819			1820-1849			1850-1879			1880-1909		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Santa Luzia	42	39	40	53	39	46	43	39	41	50	52	51
Ponta Delgada	27	15	20	52	39	46	46	41	43	58	50	54

Fonte: Elaboração da autora

Como se nota, a mobilidade apresenta-se como um fenómeno estrutural nestas comunidades açorianas, afetando tanto homens como mulheres. No entanto, para as gerações nascidas antes de 1820, ainda não afetadas pelo grande movimento de meados do século, há diferenças com algum significado entre as duas comunidades. O afastamento da paróquia de origem é bem mais frequente em Santa Luzia do que em Ponta Delgada, colocando-se nos 40% na primeira e apenas 20% na segunda, com comportamento diferencial, entre os sexos, bem mais significativo na paróquia florentina.

Quando passamos às primeiras gerações mais afetadas pela emigração massiva, as nascidas entre 1820 e 1849, os comportamentos aproximam-se nas duas comunidades, com mais de metade dos homens e perto de 40% das mulheres a não falecerem



na terra em que haviam nascido. Para as gerações nascidas entre 1850 e 1879 dá-se alguma regressão nos movimentos de saída, que voltam a vincar-se para as gerações nascidas entre 1880 e 1909.

Importa verificar também os movimentos inversos de entrada de indivíduos de fora nas duas comunidades. Só podemos fazê-lo através das referências do registo de óbito dos mesmos, de forma desfasada dos movimentos de saídas, que avaliámos a partir de nascimentos. De qualquer forma, essa observação permite-nos uma comparação interessante.

**Tabela 15.** Percentagem de falecidos não naturais

Períodos	Santa Luzia	Ponta Delgada
Antes de 1800	12,0	4,4
1800-1849	8,3	8,7
1850-1899	5,4	14,7
1900-1949	9,6	18,0
1950-1999	10,2	16,9
Total	8,9	9,4

Fonte: Elaboração da autora

Se excetuarmos os falecidos antes de 1800, verificamos que Ponta Delgada foi mais atrativa para pessoas de fora, cativadas pela possibilidade de emprego nos trabalhos do campo, principalmente mulheres *agricultoras*, como comprovámos ao longo da reconstituição desenvolvida.

Não é depreciável também em Santa Luzia o peso de indivíduos não naturais que aí vieram a falecer, o que pode estar relacionado com a posse de vinhas e figueiras por parte de indivíduos de fora, particularmente da cidade da Horta que contratavam trabalhadores dentro e fora da freguesia.

A observação da origem dos falecidos não naturais pode dar-nos também indicações interessantes. Em Santa Luzia, 82% dos não naturais que aí faleceram eram de outras freguesias do Pico, começando pelas mais próximas. Em Ponta Delgada só 62% dos falecidos de fora eram da própria ilha, tendo vindo 18% do Corvo e 6% da ilha de S. Miguel.

## NOTA FINAL

A espantosa sobrevivência, pelo menos desde o século XVIII, das gentes do Pico, da *terra ardida* que não dava pão, coloca muitas interrogações. Terá sido pelo clima ameno, sem frio ou calor intenso, mais seco do que em outras ilhas, pela diversidade alimentar, baseada no milho, mas com inhames, mais tarde com batatas brancas e batatas doces, pelo recurso frequente ao peixe, com carne escassa, muitas couves e

frutas diversas, pela pureza das águas dos poços de maré ou das chuvas? Terá sido pelo obrigatório exercício físico diário de homens e mulheres, calcorreando caminhos e veredas para chegarem a distantes terras de cultivo ou pastagens, ou para descerem ao poço de maré buscar água ou subirem à encosta buscar lenha, terá sido pela cultura de respeito por cada um, pobre ou menos pobre, pela cultura de proteção à mulher mãe, à criança ou ao velho? Não sei responder. Limito-me a levantar a questão da resiliência do ser humano, muito a propósito na inquietude em que hoje vivemos.

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1992). *Evolução Demográfica de três Paróquias do Sul do Pico: 1680-1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2004). *O Pico (séculos XVIII a XX). A Ilha açoriana mais poupada pela morte*. «Revista de Demografia Histórica». 22:2, 53-84.
- AMORIM, Maria Norberta (2008). *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Madalena: Câmara Municipal da Madalena; Porto: CITCEM. Vol. I. *As Famílias*. Tomo VII. *As Famílias de São Mateus nos finais do século XIX*.
- AMORIM, Maria Norberta (2011). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Madalena: Câmara Municipal da Madalena; Porto: CITCEM. Vol. I. *As Famílias*. Tomo X. *As Famílias da Candelária nos finais do século XIX*.
- AMORIM, Maria Norberta (2016). *O Pico. A Abordagem de uma ilha*. Porto: CITCEM; Lajes do Pico: Desafios da Montanha. Vol. I. *As Famílias*. Tomo IX. *As Famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX*.
- AMORIM, Maria Norberta (2018). *Uma aldeia no Oceano. As gentes do Corvo entre o século XVII e o XX*. Porto: CITCEM.
- AMORIM, Maria Norberta (2020). *A Gripe Espanhola no quadro das epidemias históricas da ilha do Faial*. In FERREIRA, Antero, coord. *A Gripe Espanhola de 1918*. Guimarães: Casa de Sarmento — Centro de Estudos do Património, Universidade do MINHO, pp. 45-65.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira; GODINHO, Anabela de Deus (2001). *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho. (Monografias; 10).
- DEL PANTA, Lorenzo; LIVI-BACCI, Massimo (1977). *Chronologie, Intensité et Diffusion des Crises de Mortalité en Italie: 1600-1850*. «Population». 32e année. 1, 401-446.
- LIVI-BACCI, Massimo (1987). *Poblacion y alimentacion*. Barcelona: Editorial Ariel.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira (1981). *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais, volume III. Reimpressão fac-similada da edição de 1871.
- SANTOS, Carlota (2008). *Biodemografia do Concelho da Madalena*. Madalena: Câmara Municipal da Madalena.